

**X PROCESSO SIMPLIFICADO  
PARA SELEÇÃO DE  
ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE  
DIREITO****DIREITO CONSTITUCIONAL****1 - Marque a assertiva errada:**

a) Para o STF e em decorrência do princípio da dignidade humana, o transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa.

b) A imprescindibilidade do uso do idioma nacional nos atos processuais, além de corresponder a uma exigência que decorre de razões vinculadas à própria soberania nacional, constitui projeção concretizadora da norma inscrita no art. 13, caput, da Carta Federal, que proclama ser a língua portuguesa "o idioma oficial da República Federativa do Brasil".

c) Segundo o STF, o Preâmbulo da Constituição constitui norma central. Assim, a evocação da proteção de Deus se trata de norma de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais, em razão da força normativa da Constituição Federal.

d) Para o STF, a 'legítima defesa da honra' é recurso argumentativo/retórico odioso, desumano e cruel utilizado pelas defesas de acusados de feminicídio ou agressões contra a mulher para imputar às vítimas a causa de suas próprias mortes ou lesões. Constitui-se em ranço, na retórica de alguns operadores do direito, de institucionalização da desigualdade entre homens e mulheres e de tolerância e naturalização da violência doméstica, as quais não têm guarida na Constituição de 1988, sendo uma Tese violadora da dignidade da pessoa humana, dos direitos à vida e à igualdade entre homens e mulheres.

e) A duração prolongada, abusiva e irrazoável da prisão cautelar de alguém ofende, de modo frontal, o postulado da dignidade da pessoa humana.

**2 - Marque a assertiva errada:**

a) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

c) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia, quando houver dano;

d) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

e) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional

**3 - Marque a assertiva errada:**

a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição Federal

b) O STF reconhece assistir, a qualquer pessoa, o direito fundamental à orientação sexual, havendo proclamado, por isso mesmo, a plena legitimidade ético-jurídica da união homoafetiva como entidade familiar;

c) A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.

d) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

e) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

**4 - Sobre os remédios constitucionais, assinale a alternativa errada:**

a) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional;

b) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público

c) Conceder-se-á habeas corpus para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

d) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e

das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

e) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

#### 5 - Marque a assertiva errada:

a) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

b) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

c) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

d) Havendo previsão no edital, é plenamente possível sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargos públicos, independentemente de ato normativo.

e) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

#### 6 - Sobre o Poder Constituinte, assinale a alternativa incorreta:

a) O poder constituinte derivado é aquele responsável pela criação de emendas constitucionais.

b) O poder constituinte decorrente inicial ou institucionalizador é responsável pela criação das constituições estaduais;

c) A criação de uma nova constituição, como ocorreu com a Constituição Federal de 1988, é resultado da manifestação do poder Constituinte originário.

d) O poder constituinte derivado é subordinado, condicionado e limitado.

e) O poder constituinte originário é inicial, alienável e não permanente

#### 7 - Sobre controle de constitucionalidade, marque a assertiva errada:

a) controle de constitucionalidade é o instrumento de garantia da supremacia constitucional. Serve para defender a constituição das investidas praticadas pelos poderes públicos, e, também, dos atos privados atentatórios à magnitude de seus preceitos.

b) A finalidade do controle de constitucionalidade é primar pela estabilidade constitucional do Estado, garantir a supremacia constitucional em face dos atos do Poder Público, preservar o bloco de constitucionalidade da Constituição Federal e assegurar os direitos e garantias fundamentais.

c) O STF exerce, por excelência, o controle difuso de constitucionalidade quando do julgamento do recurso extraordinário.

d) Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

e) O controle concentrado de constitucionalidade pode ser realizado por qualquer magistrado, de forma incidental, em processos que se encontrem sob a sua competência.

#### 8 - Marque a assertiva errada:

a) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

b) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

c) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

d) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, desde que apresentada pelo Presidente da República.

e) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao

Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição de 1988.

9 - Sobre os remédios constitucionais, marque a assertiva incorreta:

- a) Enquanto os direitos são albergados em dispositivos declaratórios ou enunciativos, as garantias estão descritas em normas de cunho assecuratório ou instrumental.
- b) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data.
- c) O Habeas Corpus é uma ação autônoma de impugnação, constitucionalmente estabelecida, objetivando preservar ou reestabelecer a liberdade de locomoção ilegalmente ameaçada ou violada.
- d) O mandado de segurança é uma ação civil de rito sumário especial, destinada a afastar ofensa a direito subjetivo individual ou coletivo, privado ou público, através de ordem corretiva ou impeditiva da ilegalidade.
- e) O habeas corpus repressivo é cabível quando há ameaça séria e concreta, devidamente demonstrada ao julgador, quanto à iminência de uma prisão ilegal. Concedida a ordem, expede-se salvo-conduto. Se já houver mandado de prisão expedido, concede-se contramandado de prisão.

10 - Marque a assertiva incorreta sobre a organização dos poderes:

- a) Compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União, nos crimes de responsabilidade.
- b) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- c) É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- d) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;
- e) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo que cada legislatura terá a duração de quatro anos.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

11 - De acordo com o artigo 37 da Constituição da República de 1988, são princípios inerentes à Administração Pública:

- a) soberania, livre iniciativa, legalidade, moralidade e proporcionalidade.
- b) publicidade, impessoalidade, pluralismo político e eficiência.
- c) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- d) periodicidade, publicidade, razoabilidade, moralidade e legalidade.
- e) nenhuma das anteriores.

12 - O poder que confere ao Administrador, dentro dos limites da lei, a prática de atos com liberdade de escolha, segundo critérios de oportunidade e conveniência, podemos chamar de:

- a) poder regulamentar.
- b) poder disciplinar.
- c) poder vinculado.
- d) poder hierárquico.
- e) poder discricionário.

13 - É elemento do ato administrativo:

- a) objeto.
- b) finalidade.
- c) forma.
- d) competência.
- e) todos os anteriores.

14 - É atributo do ato administrativo, EXCETO:

- a) motivo.
- b) presunção de legitimidade.
- c) tipicidade.
- d) autoexecutoriedade.
- e) imperatividade.

15 - A natureza jurídica do Banco do Brasil é:

- a) autarquia.
- b) sociedade de economia mista.
- c) fundação pública.
- d) empresa pública.
- e) nenhuma das anteriores.

16 - Nos termos da Lei n.º 8.666/93, é DISPENSÁVEL a licitação:

a) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

b) para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

c) na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

d) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

e) todas as alternativas anteriores.

17 - Acerca do controle dos atos da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) a discricionariedade administrativa não é imune ao controle judicial, especialmente diante da prática de atos que impliquem restrições a direitos dos administrados.

b) não cabe ao Poder Judiciário se imiscuir nos critérios de correção de provas e de atribuição de notas em concurso público, visto que sua atuação deve se limitar ao controle da legalidade do certame.

c) não é permitido ao juiz de execuções penais adentrar em matéria de atribuição exclusiva da autoridade administrativa, como a instauração de procedimento para apuração de falta disciplinar pelo preso.

d) é lícita a motivação para a remoção de policial quando apresentada somente após a prática do ato administrativo.

e) todas as alternativas estão corretas.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

18 - A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo. Conforme o Código de Defesa do Consumidor, deve-se atentar para os seguintes princípios:

a) reconhecimento da vulnerabilidade do fornecedor no mercado de consumo.

b) racionalização e melhoria dos serviços públicos.

c) educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria dos lucros daquele.

d) estudo anual das modificações do mercado de consumo.

e) fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos fornecedores.

19 - Sobre a responsabilidade, o Código de Defesa do Consumidor aponta que 'o produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes'. Entretanto, o CDC não aponta, entre essas circunstâncias relevantes:

a) o uso que razoavelmente dele se esperam.

b) os riscos que razoavelmente dele se esperam.

c) a época em que foi colocado em circulação.

d) o local onde é exibido na loja.

e) sua apresentação.

20 - Assinale a alternativa correta:

a) são próprios ao uso e consumo os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos b) o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

c) o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

d) inicia-se a contagem do prazo prescricional a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

e) prescreve em três anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço.

**21 - Sobre as práticas abusivas, o CDC aponta ser vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, exceto:**

a) prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços.

b) executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.

c) condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.

d) aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido.

e) elevar com justa causa o preço de produtos ou serviços.

**22 - A respeito dos contratos envolvendo relação de consumo, responda a assertiva correta:**

a) o consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

b) são nulas de pleno direito as cláusulas contratuais que estabeleçam inversão do ônus da prova em favor do consumidor.

c) no fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor não precisará informá-lo prévia e adequadamente sobre acréscimos legalmente previstos.

d) contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem prejuízo de o consumidor discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

e) no fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, os contratos poderão ser expressos em moeda estrangeira.

## DIREITO CIVIL

**23 - Sobre as pessoas naturais, de acordo com o Código Civil, responda a assertiva errada:**

a) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos.

b) são relativamente incapazes os ébrios habituais e os viciados em tóxico, os pródigos, os menores de 14 anos.

c) a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

d) são relativamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

e) toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

**24 - Assinale a alternativa correta:**

a) bens divisíveis são os que não se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

b) os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes

c) os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são alienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

d) os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

e) são infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

**25 - A obrigação de dar coisa incerta:**

a) será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.

b) antes da escolha, poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.

c) ainda que não cientificado o credor, se a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, fica resolvida a obrigação para ambas as partes.

d) nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.

e) será indicada, ao menos, pelo gênero, pela quantidade e pela qualidade.

**26 - Quanto à prescrição, conforme o Código Civil, assinale a resposta incorreta:**

a) a exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

b) os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

c) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

d) não corre a prescrição entre cônjuges.

e) não corre a prescrição pendendo condição resolutiva.

**27 - O casamento civil, conforme o Código Civil, possui as seguintes características:**

a) possui a habilitação gratuita para todas as pessoas.

b) é gratuita sua celebração.

c) se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o servidor da justiça, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e aquele os declara casados.

d) estabelece comunhão plena de vida, com base apenas na igualdade de deveres dos cônjuges.

e) o registro e a primeira certidão serão isentos de selos, emolumentos e custas, para todas as pessoas.

**28 - Conforme o Código Civil, "Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.". O mesmo código também afirma que também são responsáveis pela reparação civil:**

a) os pais, pelos filhos menores, ainda que não estejam sob sua autoridade e em sua companhia.

b) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, ainda que não estejam sob sua autoridade e em sua companhia.

c) o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.

d) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue gratuitamente, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.

e) os que coercitivamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

**29 - No tocante às formas de aquisição da posse, aponte a alternativa incorreta:**

a) a posse pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante.

b) a posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.

c) é transmitida aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.

d) a posse do imóvel não faz presumir, de regra, a das coisas móveis que nele estiverem.

e) não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância.

## PROCESSO CIVIL

**30 - Acerca das normas fundamentais positivadas no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:**

a) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.

b) Em nenhuma hipótese se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

c) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, somente no curso do processo judicial.

d) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé, sendo que tal preceito não se aplica ao órgão julgador.

e) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício

31 - Segundo disposições expressas do CPC/15 acerca da competência interna, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa.
- b) Havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do réu.
- c) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- d) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.
- e) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autora a União.

32 - Assinale a alternativa correta, no que diz respeito ao Juiz e os Auxiliares da Justiça:

- a) O juiz dirigirá o processo conforme as disposições do CPC/15, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições, promover, no momento oportuno, a autocomposição, sempre com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.
- b) O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, podendo, no entanto, conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.
- c) O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei.
- d) O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando, no exercício de suas funções, proceder apenas com dolo.
- e) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, quando nele estiver postulando, como advogado ou membro do Ministério Público, qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive

33 - Assinale a alternativa que NÃO corresponde ao regramento processual no tocante à concessão da tutela provisória:

- a) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, somente pode ser concedida em caráter incidental.
- b) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.
- c) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

d) Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz motivará seu convencimento de modo claro e preciso.

e) Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

34 - Sobre a audiência de conciliação ou mediação, o CPC/15 traz, de forma inovadora, regramento abrangente sobre sua realização. Com base nas normas processuais, marque a opção correta:

a) A audiência não será realizada se qualquer das partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual.

b) A intimação do autor e do réu, para a audiência, será feita na pessoa de seus advogados.

c) O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência, sendo que, havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.

d) A audiência de conciliação ou de mediação não pode realizar-se por meio eletrônico.

e) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração genérica.

35 - A revelia não produz seu efeito material (presunção de veracidade dos fatos) se:

a) Havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.

b) O litígio versar sobre direitos disponíveis.

c) A petição inicial estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.

d) As alegações de fato formuladas pelo autor forem verossímeis.

e) As alegações de fato formuladas pelo autor não estiverem em contradição com prova constante dos autos.

36 - Haverá resolução de mérito quando o juiz:

a) Indeferir a petição inicial.

b) Reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.

c) Homologar a desistência da ação.

d) Homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

e) Verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

## DIREITO PENAL

**37 - Sobre tentativa e crime impossível, assinale a correta:**

a) Diz-se que o crime é tentado se, iniciada a sua execução, não se consuma por circunstâncias inerentes à vontade do agente.

b) Diz-se que o crime é tentado se, iniciada a sua cogitação, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

c) O crime tentado é sempre punido com a mesma pena do crime consumado, diminuída de um a dois terços.

d) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia relativa do meio, é impossível consumir-se o crime

e) Não se pune a tentativa quando, por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime.

**38 - Sobre concurso de pessoas, assinale a resposta correta:**

a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente de sua culpabilidade.

b) Se a participação for de menor importância, a pena deve ser diminuída de um sexto a um terço.

c) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste. Essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsto o resultado mais grave.

d) Em qualquer hipótese, não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal.

e) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

**39 - Sobre as penas privativas de liberdade, assinale a resposta incorreta:**

a) A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em

regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

b) Considera-se regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média.

c) Considera-se regime semiaberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

d) Considera-se regime aberto a execução da pena em domicílio.

e) A determinação do regime inicial de cumprimento da pena será feita em observância às circunstâncias judiciais.

**40 - Sobre as penas restritivas de direito e multa, marque a incorreta:**

a) A pena de multa deve ser paga integralmente dentro de 10 (dez) dias depois de transitada em julgado a sentença, não se admitindo que o pagamento se realize em parcelas mensais.

b) Na condenação a pena privativa de liberdade igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos.

c) Na condenação a pena privativa de liberdade superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

d) A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

e) Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.

**41 - Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a correta:**

a) É furto qualificado o praticado durante o repouso noturno.

b) O furto de coisa comum é crime de ação penal pública condicionada à representação.

c) O roubo com emprego de arma de fogo tem a pena aumentada no patamar de 1/3 até metade.

d) Ao roubo de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Município incide causa de aumento.

e) Será qualificado o crime de extorsão mediante sequestro se o sequestro durar mais de 48 (quarenta e oito) horas.

**42 - Assinale a alternativa correta:**

a) Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro configura contravenção.

b) Não tipifica o crime de estupro constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso de conjunção carnal.

c) Somente tipifica o crime de estupro constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal.

d) O estupro coletivo e o estupro corretivo constituem causas de aumento de pena do crime de estupro.

e) Somente pode ser vítima de estupro de vulnerável a pessoa menor de 14 (catorze) anos.

**43 - Sobre a posse de droga para uso próprio, assinale a incorreta:**

a) São penas previstas para esse delito: advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

b) São penas previstas para esse delito: admoestação verbal e multa.

c) As penas serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses, salvo em caso de reincidência, cujo prazo máximo passa a ser de 10 (dez) meses.

d) Para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

e) Prescrevem em 2 (dois) anos a imposição e a execução das penas.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL****44 - Sobre a Lei Maria da Penha, assinale a correta:**

a) Não incide a Lei Maria da Penha se a violência é cometida numa relação afetiva entre duas mulheres.

b) Violência moral e psicológica correspondem aos crimes de calúnia, injúria e difamação.

c) É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos pela Lei Maria da Penha o Juizado do seu domicílio ou de sua residência, o do lugar do fato em que se baseou a demanda ou o do domicílio do agressor.

d) Há diversos crimes tipificados na Lei Maria da Penha, dentre eles, o de descumprimento de decisão judicial que fixa medida protetiva de urgência prevista nessa lei.

e) Em qualquer hipótese, um policial não pode aplicar medida protetiva de urgência.

**45 - Sobre os juizados especiais criminais, assinale a correta:**

a) O Sursis Processual, previsto no art. 89 da Lei 9.099/95, não se aplica apenas a crimes de menor potencial ofensivo.

b) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará boletim de ocorrência e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

c) Havendo a composição dos danos civis, o acordo homologado acarretará a renúncia ao direito de queixa ou representação, e, em caso de ação penal pública incondicionada, o Ministério Público não poderá prosseguir para denunciar o autor do fato.

d) Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo, não podendo fazê-lo em outro momento.

e) Não será admitida a proposta de transação penal se ficar comprovado estar sendo o autor da infração processado pela prática de outro crime.

**46 - Sobre o Tribunal do Júri, assinale a correta:**

a) O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

b) O juiz absolverá desde logo o acusado se o fato não constituir infração penal.

c) Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, independentemente de fundamentação, impronunciará o acusado.

d) Contra a sentença de pronúncia ou de absolvição sumária caberá apelação.

e) Ao juiz é vedado dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação, se o acusado, em razão disso, ficar sujeito a pena mais grave.

**47 - Sobre o inquérito policial, assinale a incorreta:**

a) O inquérito, nos crimes em que a ação é pública condicionada à representação, não pode ser iniciado sem que a representação ocorra.

b) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

c) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la ou a pedido do Ministério Público.

d) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência.

e) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

**48 - Sobre a ação penal, em atenção ao que estabelece o CPP, assinale a correta:**

a) A representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.

b) O direito de representação poderá ser exercido apenas pessoalmente e poder ser feita ao juiz, ao Ministério Público, ou à autoridade policial.

c) A queixa, em caso de ação privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público.

d) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 10 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 30 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

e) Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, deverá requisitá-los, diretamente, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los, pois detém poder requisitório.

**49 - Sobre provas, assinale a incorreta:**

a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.

b) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

c) O interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, é considerado medida excepcional pelo CPP.

d) A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

e) As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.

**50 - Sobre prisão, assinale a incorreta:**

a) Será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.

b) Não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia.

c) Não se considera fundamentada decisão judicial que decreta a prisão preventiva, se invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.

d) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, não podendo dela ausentar-se.

e) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.